



CAMPANHA SALARIAL 2016

Trabalhadores não aceitam chantagem da reitoria e greve segue

*Hoje na reunião do Consu trabalhadores vão cobrar posicionamento institucional contra os cortes seletivos de salários e retomada da negociação da pauta específica *
Quinta-feira, todos à assembleia!*

Após as manifestações de repúdio do sindicato, do comando, da Fasubra e da plenária geral dos trabalhadores em greve contra a determinação da reitoria de descontar os dias parados a partir de 4 de julho, ontem o vice-reitor e coordenador da Universidade, professor Alvaro Crosta, recebeu representantes da categoria. Também estavam presentes à reunião o chefe de gabinete do reitor, Cesar Montagner, o chefe de gabinete adjunto, Osvaldir Taranto, e a procuradora Luciana Alboccino.

A reunião foi protocolar. Os representantes da reitoria apenas reafirmaram que haverá desconto e que, ao final da greve, o tema poderia ser discutido.

Para o STU a revogação dos descontos é parte de qualquer negociação de greve neste momento. A categoria, que elegeu o reitor José Tadeu Jorge, não aceita ser penalizada de forma discriminatória por exercer o direito de organização e reivindicação de suas demandas.

O corte de ponto vai contra o direito de greve e não é negociável, o trabalhador não aceita esse tipo de chantagem.

Trabalhadores cobram hoje do Consu respeito à greve

Durante a reunião do Conselho Universitário hoje, a categoria cobrará respeito ao direito de greve e a retirada dos descontos. A partir das 9h será iniciada uma concentração em frente ao Consu para acompanhar a reunião.

Sindicato cobra reunião com Tadeu antes da assembleia

Na conversa de ontem, os representantes da Unicamp se comprometeram a buscar uma agenda com o reitor, antes da próxima assembleia, para dialogar sobre os demais pontos da pauta.

Os trabalhadores seguem cobrando definição sobre as reivindicações econômicas - carreira e isonomia em particular.

AGENDA

2 de agosto (hoje)

9h - Concentração em frente ao CONSU

14h - Debate sobre os desafios do Serviço Público e a Democratização da Universidade Pública

3 de agosto (quarta-feira)

9h - Concentração em frente à reitoria

4 de agosto (quinta-feira)

10h - Assembleia Geral, no CB

Todos os dias no Caism

8h30 - Reunião do plantão da manhã (recepção)

13h30 - Reunião do plantão da tarde (recepção)

21h - Reunião do plantão da noite (recepção)

Todos os dias no HC

9h - Reunião do turno da manhã (Concentração F2)

16h - Reunião do turno da noite (Concentração F2)



Nota de apoio dos Auditores Fiscais do Trabalho do Ministério do Trabalho aos trabalhadores da Unicamp

Nós, Auditores Fiscais do Trabalho em exercício no Ministério do Trabalho infra assinados, vimos expressar nosso apoio aos trabalhadores da UNICAMP, bem como nosso repúdio ao corte do pagamento de seus salários.

O movimento de greve é o instrumento por meio do qual os trabalhadores paralisam suas atividades para reivindicarem melhores condições de trabalho ou para exigirem o cumprimento de obrigações assumidas pelo empregador, no caso, a direção da Universidade. O direito de exercer a greve é uma conquista social histórica, alçado à categoria de direito fundamental e consubstanciado na Constituição Federal brasileira de 1988.

A greve dos trabalhadores da UNICAMP, deflagrada em abril deste ano, foi decidida em assembléia pela cate-

goria que, por meio de seu sindicato, desde o início requereu formalmente a abertura do diálogo em relação à pauta de reivindicações apresentada. Destarte, é legítima em sua forma, eis que cumpriu os requisitos formais.

Quanto à matéria suscitada pelos grevistas, tem-se que é socialmente relevante, eis que postula direitos para muito além de aspectos pecuniários, alcançando pleitos pela democracia, pela dignidade da pessoa humana e pela inclusão social.

Haja vista a discrepante correlação de forças intrínseca às relações entre empregado e empregador, a união e a resistência imanescentes aos movimentos grevistas consubstanciam uma ferramenta de luta muitas vezes necessária para a obtenção de avanços nas condições de trabalho e consequente

redução de desigualdades sociais.

A ausência de pagamentos de salários de trabalhadores exercentes desse direito, atenta contra os Direitos Humanos e o Estado Democrático de Direito, uma vez que se traduz na negativa do direito de greve.

Pela democracia e pelo resgate da dignidade do trabalhador.

Assinam: Abel Lopes, Bernadete Urasaki, Brunno Dalossi, Cristina Serrano, Douglas Mota, Edilson Costa Matos, Emerson Sá, Isabella Assunção, João Carlos Braga, Juscelino Durgo, Leonardo Lani de Abreu, Lidiane Barros, Luiz Alfredo Scienza, Magno Riga, Marcelo Campos, Maria Neuzeli Arantes, Marina Sampaio, Mário Diniz, Péricles Rodrigues, Rafael de Castro, Valdevez Monte, e Valéria Guerra Mendes.

FALA POVO



Os funcionários que têm como função a preservação da memória, o fazem por reconhecê-la como bem maior da cultura de um povo, por reconhecer nossa responsabilidade enquanto funcionários públicos em conservar esse legado para as futuras gerações. Mas, como nós, técnicos administrativos, somos tratados pela reitoria? Sem carreira, sem oportunidades para a continuidade de formação, sem reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado e numa universidade que segue rumo à terceirização de seus trabalhadores, que pune quem defende a educação e um serviço público de qualidade. Se nada mudar, quem defenderá a preservação de nossa memória e de nossa história? É urgente que a Unicamp reconheça a necessidade de uma política institucional que valorize os funcionários, suas atividades e seu comprometimento com o papel social da Universidade!”

“As universidades brasileiras desempenham papel fundamental na preservação da memória nacional. Só a Unicamp conta com centenas de arquivos nos seus 9 centros de documentação. Porém, a despeito da importância e da raridade dos acervos que guarda, e da sua relevância para pesquisas que vão da história à medicina, da literatura à educação, abrangendo as diferentes áreas do conhecimento, a luta contra a falta de estrutura adequada ao tratamento deste patrimônio, contra a precariedade das condições de trabalho e a carência de pessoal

— luta que tem como principal objetivo garantir a todos o acesso à memória de nosso país — parece interessar apenas a um grupo de técnicos, pesquisadores e alguns docentes que, através do envolvimento diário, do engajamento e da dedicação ao seu trabalho, tem lutado cotidianamente pela proteção da memória local, da memória de cientistas, militantes políticos, físicos, escritores, filósofos, educadores, antropólogos, movimentos sociais, associações científicas, comunidades indígenas, quilombolas, entre outras.

Trabalhadores dos Centros de Documentação da Unicamp